

**Declaração sobre a crise da COVID-19 pelo Conselho Regional Pan-Europeu (PERC) da Confederação Sindical Internacional (CSI),  
1 de Abril de 2020**

A crise global da COVID-19 afetou todo o continente europeu. Milhares de pessoas estão ou vão ser infetadas. As severas restrições à liberdade de circulação e no mercado de trabalho levaram a uma crescente perda de emprego e à falência de empresas.

As décadas de reformas estruturais agravadas pela austeridade deixaram, em muitos países, os sistemas de saúde pública e de proteção social em grandes dificuldades. Nos casos mais graves, tal como a Geórgia, onde a saúde foi completamente privatizada, o Estado passou a ser refém de um sistema de saúde privado; tem que pagar enormes quantidades de dinheiro ao setor privado para lidar com desafios preventivos ou existentes. Os salários baixos e os empregos precários levaram muitas pessoas infetadas a ter que escolher entre espalhar a doença ou agravar a pobreza.

A longo prazo temos que extrair lições da Crise Financeira Global. Há que pôr fim ao neo-liberalismo, à reforma estrutural e à austeridade. Precisamos de democracias que coloquem as pessoas em primeiro lugar. Precisamos de um novo contrato social, com uma rede de segurança universal de direitos laborais, salários dignos e proteção social para todos os trabalhadores e com financiamento adequado para os serviços públicos, nomeadamente serviços de saúde para todos, gratuitos sempre que se revelar necessário.

Por enquanto a maior parte da Europa encontra-se bloqueada. Os governos nacionais adotaram medidas rígidas – muitas vezes tardiamente – através do fecho de fronteiras e de fábricas, do encerramento de atividades culturais e desportivas, do fecho de escolas. Apesar de necessárias, estas medidas têm impactos de curto prazo nos salários dos trabalhadores e terão impactos de longo prazo nas economias e nas sociedades.

Muitos trabalhadores foram chamados a ficar em casa e muitos, em especial mulheres, têm que cuidar de crianças que não estão na escola, contribuindo para um aumento da prestação de cuidados não pagos, relacionado com a pandemia. Alguns conseguem trabalhar à distância, outros beneficiam de cobertura por parte da segurança social ou de esquemas de emprego a tempo parcial. Muitos outros são simplesmente despedidos ou deixados sem rendimentos para sustentar as suas famílias ou para pagar a casa ou os serviços autárquicos. As mulheres passam a enfrentar maior risco de violência doméstica e os trabalhadores migrantes e refugiados são confrontados com o duplo desafio de perda de retribuição e de não poderem regressar às suas casas.

Os prestadores de cuidados de saúde – na sua grande maioria mulheres – são sobrecarregados e colocados em maior risco de exposição, com falta de equipamento de proteção pessoal. Muitos outros trabalhadores em serviços de distribuição, comércio, de prestação de cuidados e de emergência – igualmente na sua grande maioria mulheres – encontram-se também em risco e merecem o nosso respeito.

Os países com economias desenvolvidas e inclusivas, mesmo quando desafiados pela reforma estrutural e pela austeridade, foram capazes de desenvolver estímulos económicos, de injetar dinheiro nos serviços de saúde e de manter os empregos, em especial na Europa Ocidental e do Norte. Pressionados pelos sindicatos ou em colaboração com eles, alguns países estabeleceram um subsídio adicional por doença, subsídios salariais para desempregados e trabalhadores independentes, trabalho a tempo reduzido, ou mesmo o desagravamento de hipotecas ou rendas.<sup>1</sup> Mais ainda, concederam apoio às empresas através de subsídios, reduções fiscais e empréstimos mais acessíveis.<sup>2</sup>

Mas demasiados países na Europa encontram-se demasiado endividados, com financiamento desadequado da protecção social e do sector público, trabalho precário e pobreza generalizada e com um subdesenvolvimento da negociação colectiva e do diálogo social. Esses países não serão capazes de fazer face às consequências da COVID-19.

E, enquanto há empresas responsáveis na Europa e no mundo<sup>3</sup> que entendem a necessidade tanto de implementar medidas anti-vírus como de sustentar as economias, de apoiar as sociedades e os cidadãos e de contribuir para a recuperação, outras há também que são gananciosas, que descartam quaisquer responsabilidades, optando simplesmente por despedir pessoas, forçando os trabalhadores a desenvolver o seu trabalho em condições inseguras e perigosas ou propondo a suspensão dos direitos laborais. Na Croácia os sindicatos lutaram com sucesso contra estas propostas hipócritas e inconcebíveis; no entanto, é necessário mantermos a vigilância e demonstrarmos solidariedade sempre que forem propostos mais ataques. Na Polónia a recente lei visando enfrentar a crise da COVID-19 introduziu regulamentações que não estão relacionadas com a crise, mas antes com o objectivo de restringir o diálogo social e de interferir na autonomia dos parceiros sociais.

A crise global da COVID-19 requer uma resposta global. Apesar de haver certos sinais positivos por parte do G20 e do FMI<sup>4</sup>, até a União Europeia falhou, até ao momento, em adotar uma abordagem suficientemente coordenada<sup>5</sup>.

O Conselho Regional Pan-Europeu, que representa sindicatos de Reykjavik a Vladivostok reafirma a unidade do movimento sindical europeu, reitera o apelo à solidariedade no combate à crise sanitária, económica e humanitária que flagela o continente e exige esforços concentrados e consolidados por parte das autoridades nacionais e multilaterais, das empresas e dos sindicatos.

Apelamos a que os governos nacionais:

- Contenham a propagação da doença, respeitando ao mesmo tempo as liberdades fundamentais, em especial à medida que a pressão social for aumentando;
- Prestar mais apoio e apoio mais adequado a todos os serviços de cuidados de saúde e a todos os homens e mulheres que se encontram nas linhas da frente.

<sup>1</sup> <https://www.ituc-csi.org/putting-people-first>

<sup>2</sup> Alguns exemplos da CSI e da CES disponíveis em (a ser completado)

<https://www.ituc-csi.org/covid-19-best-country-responses>

<sup>3</sup> Link para ITUC-IOE, ITUC-ICC:

[https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/20200323\\_joint\\_ioe-ituc\\_statement\\_on\\_covid-19.pdf](https://www.ituc-csi.org/IMG/pdf/20200323_joint_ioe-ituc_statement_on_covid-19.pdf);

<https://www.ituc-csi.org/ituc-icc-covid19>

<sup>4</sup> Link para as respostas da CSI:

<https://www.ituc-csi.org/letter-g20-covid19>

<https://www.ituc-csi.org/g20-summit-shows-global-leadership>

<https://www.ituc-csi.org/letter-from-kristalina-georgieva>

<sup>5</sup> Link para as respostas da CES:

<https://www.etuc.org/en/trade-unions-and-coronavirus>

- garantam apoio de cuidados de saúde acessíveis a todas as pessoas, agora e no futuro;
- introduzam pacotes económicos através do diálogo social para evitar o colapso das empresas e o desemprego, para manter os níveis de rendimentos para todos os trabalhadores, para sustentar e alargar os sistemas de protecção social e para desenvolver uma protecção temporária ao emprego, de forma a permitirem protecção adequada que todos os trabalhadores, nomeadamente os trabalhadores atípicos e precários;
- em especial, garantam rendimentos dignos aos trabalhadores, aos trabalhadores independentes, aos trabalhadores de plataformas, pagamento dos subsídios por doença desde o primeiro dia e ajuda com os custos de habitação;
- mantenham as cadeias de abastecimento vitais, mantendo as fronteiras abertas para a livre circulação de produtos e mercadorias e, ao mesmo tempo, conceder protecção adequada aos trabalhadores do setor dos transportes;
- dêem especial atenção às necessidades das mulheres que enfrentam riscos acrescidos de violência doméstica; e
- respeitem os direitos dos trabalhadores migrantes, ao permitirem que permaneçam nos seus países de acolhimento e que os tratem como cidadãos locais, em termos de acesso a todos os direitos sociais e laborais.

Apelamos a que as autoridades internacionais, nomeadamente a União Europeia e as Instituições financeiras, a:

- cooperar no estabelecimento de medidas necessárias para deter a doença, nomeadamente através da partilha de informação, da partilha de conhecimentos especializados, de tecnologia e de conhecimentos médicos especializados e de equipamento pessoal de protecção;
- Estender o apoio financeiro às economias em dificuldades, com a única condição de que esses recursos sejam utilizados para financiar os serviços de saúde e para apoiar o rendimento dos trabalhadores;
- injetar dinheiro suficiente na economia global, de modo a manter a procura e a oferta; e trabalhar em conjunto com os parceiros sociais no sentido de garantir que as medidas adotadas vão ao encontro das necessidades dos trabalhadores e das empresas de todas as dimensões.

Apelamos a que as empresas e os empregadores:

- Trabalhem em conjunto com os sindicatos, de modo a assegurar a manutenção dos direitos, empregos e rendimentos dos seus trabalhadores, independentemente do tipo e forma de emprego, nomeadamente daqueles que têm trabalhos precários;
- apoiem a luta contra a doença, alterando sempre que possível a produção, passando a produzir equipamento médico e de protecção pessoal;
- abdicuem da pressão no sentido da redução ou afrouxamento da protecção no emprego;
- ofereçam aos trabalhadores equipamento de protecção pessoal e outras medidas que reduzam a propagação do vírus nos locais de trabalho; e
- permitam uma melhor cooperação com os parceiros sociais, desde os operários, para proteger os trabalhadores.

-----